

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.784 - PR
(2019/0056899-3)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSÉ IVAN GUIMARÃES PEREIRA E OUTRO(S) - PR013037
DENIZE HEUKO - PR030356
EMBARGADO : CLAUDINEI ALBANEZ
ADVOGADO : JULIO CESAR FEDEROWICZ - PR054905
INTERES. : C. ALBANEZ & CIA. LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO BRADESCO S/A à decisão de fls. 196/197, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Ocorre que não restou esclarecido o efetivo motivo de não conhecimento do Recurso Especial ou mesmo do Agravo em Recurso Especial quando efetivamente existente atuação com procuração dos patronos da parte ora Embargante desde o início do processo de execução, advindo obscuridade.

Basta salientar que os subscritores dos Recursos interpostos para instância superior sempre foram e ainda são patronos da Instituição Financeira que, desde o início, promoveram a distribuição da Ação de Execução de Título Extrajudicial.

Importante frisar que todo o processo tramita pelos meios eletrônicos, constando tanto o Instrumento Procuratório nos autos, quanto indicação eletrônica de que os advogados subscritores dos recursos são os patronos da parte respectiva (fl. 204).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, a parte Recorrente, no momento da interposição do recurso, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do recurso especial, Dra. Denize Heuko.

Entretanto, o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/03/2016, já sob a égide do novo *codex* Processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n.º 3 do STJ, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Dessa forma, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, foi intimada a parte Recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso (fl. 191).

Mesmo diante da intimação da parte, não houve a devida regularização, uma vez que a representação não foi devida e oportunamente regularizada (fl. 193).

Veja-se que é irrelevante que o advogado esteja cadastrado nos órgãos de intimação do tribunal de origem, pois "O eventual cadastro do advogado no sistema processual eletrônico do Tribunal de origem (que o autoriza a protocolar petição eletrônica por meio da assinatura digital) não supre a necessidade da juntada de procuração ou substabelecimento para fins de interposição de recurso dirigido a este Tribunal" (AgInt no AREsp 901.032/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 18/11/2016.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade,

contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

